A terapia comunitária como política pública*

Por Doralice Oliveira Gomes em 26/02/2010

Pouco a pouco se fez (e se faz) um caminho

A TC é uma metodologia que proporciona o encontro entre as pessoas para que conheçam melhor a si e à comunidade em que vivem, e juntos busquem alternativas para lidar com os problemas do cotidiano.

A TC foi criada e aprimorada pelo Prof. Dr. Adalberto Barreto da Universidade Federal do Ceará a partir de sua experiência com os moradores da favela do Pirambu em Fortaleza-Ceará. De início enfrentou o desafio de favorecer a saúde comunitária e a inserção social lidando com a complexidade vivenciada pelas pessoas com baixa renda. O principal desafio foi unir o saber acadêmico e o saber popular numa perspectiva de complementaridade, num "choque criativo", como ele mesmo nomeia, de modo a ampliar as possibilidades de resolução dos problemas vividos no cotidiano (Barreto, 2008).

A utilização e o aprimoramento desta metodologia ao longo dos anos têm demonstrado, por meio de pesquisas, resultados muito relevantes na atuação junto às comunidades, em especial com maiores vulnerabilidades sociais. Tais resultados possibilitaram que a TC adquirisse status de política pública em âmbito municipal, estadual e federal (Camarotti e Gomes, 2008).

A Terapia Comunitária

Conforme apresentado a Terapia Comunitária é uma metodologia de intervenção nos grupos sociais que objetiva a criação e o fortalecimento de redes sociais solidárias. Alicerça-se no princípio que a comunidade possui seus problemas mas também desenvolve estratégias para lidar com sua realidade. A TC é um espaço de acolhimento para as pessoas que favorece a troca de experiências entre elas. Todos têm oportunidade de reconhecer os saberes adquiridos com a experiência de vida e a colaborar com o seu bem estar, auto-conhecimento, auto-estima e também dos demais participantes do grupo.

A TC foi desenvolvida segundo os seguintes pilares teóricos: pensamento sistêmico, antropologia cultural, teoria da comunicação, pedagogia de Paulo Freire e resiliência (Barreto, 2008). Estes fundamentos evidenciam que a base de sustentação da TC está ancorada na visão complexa dos fatos, no respeito à diversidade cultural, no resgate e valorização dos saberes adquiridos e na capacidade de superação das pessoas.

Para que a TC aconteça é necessária a presença de um terapeuta comunitário. Ele é responsável pela condução do grupo de acordo com os princípios e a sistemática da TC.

O terapeuta comunitário à medida que coordena possibilita que as histórias de vida dos participantes sejam valorizadas, assim como seus recursos culturais. É um processo que favorece o resgate da identidade individual e coletiva, da auto-estima, da confiança em si, da ampliação da percepção dos problemas e possibilidades de resolução (Senad, 2006).

Pesquisa realizada em 2005/2006 com base em 12.000 rodas de terapia comunitária identificou vários benefícios propiciados pela participação nos grupos. Destacou-se dentre os dados levantados que das situações problema trazidas pelos participantes apenas 11,5% necessitaram encaminhamento para serviços especializados, ou seja, 88,5% encontraram resolutividade na própria TC e nos recursos locais como grupos de ajuda-mútua, vizinhos, entre outros, evidenciando a força de auto-cuidado existente na própria comunidade (Barreto, 2008).

A pesquisa mostrou que os grupos sociais têm iniciativa nos seus processos de cuidado, não ficando a cargo somente de serviços especializados. Outra reflexão que reforça a concepção da capacidade de auto-cuidado dos grupos é a constatação de que a promoção de redes sociais que resultem em vínculos de solidariedade entre as pessoas constitui-se num fator de promoção à saúde individual, familiar e coletiva.

A Terapia Comunitária nas políticas públicas

Os resultados demonstrados ao longo dos anos têm chamado a atenção de autoridades governamentais que reconhecem a contribuição da TC na promoção da qualidade de vida das pessoas. Estes benefícios fundamentaram o posicionamento da TC como uma política pública em várias áreas como a educação, saúde, segurança pública, justiça e ação social.

O baixo custo, a alta efetividade, o empoderamento das comunidades e a busca de soluções participativas alicerçam a TC como uma política pública adequada no atendimento das diversas e complexas demandas presentes no contexto social brasileiro.

Outro dado relevante que favoreceu o apoio governamental diz respeito à grande capilaridade do movimento da TC no Brasil. A rede da TC é ampla, contando com 12000 terapeutas comunitários que atuam em suas comunidades como voluntários ou associando a TC à sua atuação profissional (pública ou privada). A formação e o acompanhamento dos grupos também encontram-se estruturados. Todas as regiões brasileiras possuem Pólos de Formação, num total de 36, e os terapeutas comunitários estão organizados pela Associação Brasileira de Terapia Comunitária – ABRATECOM .

A seguir serão apresentados alguns exemplos de validação oficial da TC no âmbito das políticas públicas. A TC é reconhecida pelo Ministério da Saúde como uma política pública de saúde na atenção básica às famílias. O Ministério da Saúde está investindo na capacitação de profissionais do Programa Saúde da Família em Terapia Comunitária. O objetivo é que a prática da TC seja incorporada às ações do PSF com uma estratégia de saúde da família.

A Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas da Presidência da República também valida a TC como uma política pública que contribui na prevenção, tratamento

e reinserção social de usuários e familiares de dependentes de drogas. Investiu na capacitação de 800 profissionais e lideranças comunitárias nos anos de 2005 e 2006 para ampliar e fortalecer a rede de atenção relacionada à atenção na área de drogas.

Outro exemplo de destaque é o reconhecimento da TC pela Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza. No momento atual integra as ações da rede de saúde primária do município.

A TC faz parte hoje das políticas públicas de saúde e de prevenção e atenção na área de drogas. Estes são exemplos significativos à medida que evidenciam um percurso que foi construído e consolidado a muitas mãos, com especial ênfase na participação comunitária.

A experiência trilhada pela TC para a validação como política pública é notória. Foram necessários anos de saberes acumulados, persistência diante de inúmeros obstáculos, permanência e aprimoramento da ação, articulação entre pessoas e instituições do país, participação das comunidades envolvidas e validação por pesquisa.

Vemos, desta forma, a caminhada iniciada há mais de 20 anos pelo Dr. Adalberto e os moradores do Pirambu consolidando-se e aprimorando-se ainda mais, contribuindo para a grande rede de atuação comunitária existente no país que busca efetivamente colaborar para que as pessoas possam viver bem, com qualidade. O princípio da solidariedade, base de sustentação da TC, é reforçado pela importância da articulação entre governo e sociedade e entre os próprios movimentos sociais existentes. O objetivo é comum a todos: contribuir para o bem estar social. O reconhecimento desta rede é fundamental para que este objetivo possa ser alcançado.

A TC reconhece-se como um elo importante neste tecido social e busca, da melhor forma possível, contribuir nos contextos onde atua. Consciente de que um elo é tão mais forte quanto a força da rede que integra. É como diz a canção “um mais um é sempre mais que dois”.

Referências bibliográficas

BARRETO, A. (2008) Terapia Comunitária Passo a Passo. Fortaleza, Grática LCR, 2005. p.335.

CAMAROTTI, M.H.. GOMES, D. O (2008) Terapia Comunitária: circularidade nas relações sociais. In Osório, L. C. e Valle,M. E. P. Manual de Terapia Familiar.ArtMed. RS

SENAD. (2006) A Prevenção do Uso de Drogas e a Terapia Comunitária. Brasília, 2006.

Doralice Oliveira Gomes. Psicóloga, terapeuta comunitária, coordenadora administrativa da implantação da Terapia Comunitária na Rede SUS, coordenadora pedagógica da implantação da Terapia Comunitária nas comunidades indígenas, consultora de projetos governamentais, não governamentais e de organismos internacionais, ex-coordenadora geral de prevenção da Secretaria Nacional de Políticas

Públicas sobre Drogas. Atualmente, cursa o mestrado na Universidade Federal do Ceará, onde estuda a inserção da Terapia Comunitária nas políticas públicas.
E-mail: doralice32@hotmail.com

** O presente artigo foi retirado do site www.consciencia.net, e gentilmente cedido pela autora para compor o acervo do ILG.*